

Pesquisa em Debate

MEMÓRIA, O SEGREDO DA HISTÓRIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

MEMORY, THE SECRET OF HISTORY: A REVIEW OF THE LITERATURE

Alecsandra Matias de Oliveira

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arte Visuais – ECA/USP. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo discute as relações existentes entre memória e história, através de uma revisão da literatura sobre o assunto. Autores reverenciados questionam: História é memória e/ou vice-versa? As interações entre memória e história são abordadas desde as origens gregas até as concepções teóricas mais recentes. A preocupação do estudo reside em definir parâmetros para a utilização da memória (voluntária ou involuntária) como instrumental para o trabalho da História.

Palavras-Chaves: Memória; História; Lugar da Memória

Abstract

This article discusses the relationship between memory and history through a literature review on the subject. Authors obeisant question: history and memory and/or vice versa? The interactions between memory and history are addressed from the Greek origins to the latest theoretical concepts. The concern of the study is to define parameters for the use of memory (voluntary or involuntary) as instrumental to the work of history.

Key Words: Memory, History, Place of the Memory.

É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento [...]. Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade [...].

Octavio Ianni

A memória pode ser compreendida como a capacidade do indivíduo em conseguir conservar e retomar certas informações ou impressões do passado. Essa capacidade está inserida à vida social, estabelecendo laços mútuos entre presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O estudo da memória surge, então, como tema emergente no campo da história. Nessa área, há um longo debate acerca das relações existentes entre memória e história, envolvendo questões, tais como: história é memória e/ou vice-versa? Caso sejam distintas, quais os paradigmas que regem as interações entre passado, presente e futuro numa e noutra? E, principalmente, como historiadores se posicionam frente aos fenômenos da memória – quando fazem memória e quando fazem história?

Essas são indagações presentes nesse artigo que pretende ser uma revisão sobre a literatura que trata o assunto, mas, sobretudo, ser uma reflexão sobre as diferentes posturas teóricas frente aos fenômenos da memória e o conhecimento histórico. As interações entre memória e história são abordadas desde as origens arcaicas até as concepções teóricas mais atualizadas. Autores de variadas vertentes desdobram-se sobre as conexões mnemônicas e seus desdobramentos no fazer histórico. A preocupação do estudo reside em definir parâmetros para a utilização da memória como instrumental para o trabalho da história.

O relacionamento entre história e memória remonta às origens do conhecimento humano. *Histor*, *historia* que advém do latim, história, compartilha com *oida*, uma mesma raiz fundante, *weid* (*wid*, presente também em *videre* – latim),

significa “ver” ou do sânscrito *vettas*, “testemunha”. Observar pessoalmente, ser testemunha ocular, “eu sei por ter visto”, caracteriza o *oida*, ou seja, *histor* - aquele que tem a visão como fonte essencial de conhecimento. “Aquele que vê” também é “aquele que sabe”, em grego antigo *historein* “procurar saber”, “informar-se”. *Histor* designa o sujeito, *historie* significa “procurar” e *historía* remete à obra.¹

Em Hesíodo, o sentido de suas *Histórias* está na ação de investigar ou de procurar. Na Grécia de Tucídides (século IV), o *histor* transforma-se em uma figura jurídica, ou seja, aquele que poderia resolver uma situação litigiosa, marcadamente envolvendo um contexto jurídico, quando duas partes conflitam em divergentes asserções de veracidade quanto a um fato. O *histor* poderia alcançar a verdade, não propriamente porque viu ou presenciou o fato, mas porque faz ver discernindo quem diz verídico de quem diz falso. Assim, a denominação *histor* designa, de modo geral, aquele que faz ver a verdade discernindo, pela ação historiante que confronta as versões contadas; quem diz a verdade, atestando e autenticando a verdade de apenas uma posição.

Assinala-se, ainda, que semelhante às funções do *histor* encontra-se, na Grécia arcaica, a figura do *mnemon* – uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de memória se limite a uma operação ocasional (como testemunha), mas pode ser também função durável, ou seja, o *mnemon* poderia atuar como magistrado encarregado de arbitrar sobre as questões religiosas e jurídicas, apresentando, nesse contexto, uma função social para a memória. O *histor* e o *mnemon*, em diferentes épocas, serviram a constituição da verdade em polêmicas jurídicas e religiosas. A história inicia-se, então, com uma narração daquele indivíduo que podia dizer “eu vi”, “eu senti” ou ainda “buscar”, “informar”, bem como “lembrar-se”. O historiador transforma-se em uma espécie de narrador de acontecimentos dotado de procedimento retórico-narrativo.²

Essa concepção mantém-se no pensamento grego para o qual a memória é responsável pela transmissão dos costumes e tradições, ligando-se ao conhecimento sensível. Para os gregos, por exemplo, a memória do poeta reconstrói e transmite o

¹ PIRES, Francisco Murari. “Tucídides: A Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 104-110.

² LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 35 e seguintes.

passado às próximas gerações. Desse modo, a memória é sagrada e privilégio de alguns homens. A memória do poeta inspirado é onisciente de caráter adivinhatório, permitindo ao poeta acesso direto aos acontecimentos que evoca. Possibilita a comunicação entre os homens e o mundo dos deuses e vislumbra o presente eterno. A memória do poeta é uma potência religiosa que transcende o tempo dos homens. Não é manifestação de uma vontade ou de um pensamento individual, nem a expressão de um agente, de um eu; é uma função social.³

No período clássico mantém-se a aproximação fecunda e, simultaneamente, problemática entre história, memória e arte. A primeira constituindo-se finalmente como meio privilegiado de acesso ao verdadeiro conhecimento, a segunda como elemento mediador e a terceira como expressão do espírito. Ressalta-se que a noção, que retém predominantemente a memória como faculdade intelectual (a memória-conhecimento – aquela que leva ao Saber), sedimenta a tradição platônica e neoplatônica, que fornece as bases para os ideais medievais, particularmente, a concepção agostiniana de memória, que por sua vez influencia a cultura racionalista posterior. No século XIX, contudo, a busca pela objetividade e verdade torna-se intensa e subtrai da história elementos basilares como técnicas ficcionais de representação. Desse modo, o nascimento da História, enquanto disciplina, pauta-se na categoria da exclusão – a História não deveria ser ou ter espaço para a fábula, para o mito ou para a poesia, distanciando-se da narrativa e aproximando-se dos parâmetros de objetividade e neutralidade inspirados em modelos explicativos das ciências naturais.

Nesse contexto positivista, a história privilegiaria a memória registrada nos documentos oficiais, eliminando maneiras de constituição do passado permeadas pela imaginação e subjetividade, como por exemplo, outros registros mnemônicos (relatos, contos, lendas e literatura). Monumentos artísticos são relegados ao segundo plano das fontes de pesquisas, uma vez que a arte daria maior abertura à subjetividade, que naquele momento, é conspurcada do conhecimento histórico. Contudo, entre o valor do testemunho, a negação da narrativa – como elemento constitutivo do passado – e a presente relação entre história-memória, medeiam os nexos de um processo de

³ REGIS, Fátima. “Memória e Esquecimento na Grécia Antiga: Da Complementaridade à Contradição”. *Logos Comunicação e Universidade. (Comunicação e Memória)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social UERJ, ano 4, nº 7, 2º semestre, 1997, pp. 20-24.

memorização da qual o sujeito humano e os objetos artísticos se constituem como instância histórica depositária.⁴

Em princípios do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs promove um importante avanço nas reflexões sobre o tema, quando elabora o conceito de memória coletiva, segundo o teórico “o passado permanece vivo em um determinado grupo social. Contrapondo-se a ela, a memória histórica é uma forma de conhecimento do passado, sem relação com a vivência do indivíduo”⁵. Ao executar cuidadosamente as recordações coletivas, o indivíduo as ordena de acordo com suas próprias percepções que, contudo, também estão influenciadas pelos valores do grupo a que pertence. Assim sendo, a memória pode ser entendida como reconstrução do passado.

O surgimento da *Ecole de Annales* permite ao historiador uma tênue distinção entre memória coletiva e o estudo dela. O historiador, ao renunciar a temporalidade linear, dando importância para as diversas temporalidades existentes na relação do indivíduo com o coletivo, promove, segundo Nora, uma “revolução da memória”. Essa concepção de temporalidade, sustentada pela *École de Annales*, sugere que a contemporaneidade é portadora de certo tipo de temporalidade social: o tempo real. Tal noção, intensificada, em grande parte, anos mais tarde, pela informática presume a condensação no presente, a operação em andamento. É o tempo pontual das redes de informática, cujo devir é a velocidade:

Se a humanidade construiu outros tempos, mais rápidos e violentos que os das plantas e animais, é porque dispõe deste extraordinário instrumento de memória e de propagação das representações que é a linguagem.⁶

A linguagem (escrita ou não) torna-se o instrumental da memória para subverter a temporalidade. Isto porque a memória “tece” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos com relação aos outros), mais do que os recuperando, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente aconteceram”, a

⁴ PIRES, Francisco Murari. “Tucídides: A Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória”...op. cit.

⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 12.

⁶ LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 76.

memória por intermédio da linguagem introduz o passado no presente sem, necessariamente, modificá-lo, tornando o tempo pretérito plural e descontínuo. Ou, ainda, quando se trata de história, é necessário dar conta de duas temporalidades: o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados e o tempo da redação da narrativa. A memória desempenha o papel de intermediária entre essas duas temporalidades, pois compreende inicialmente uma imagem mental do passado; é um fenômeno intelectual volátil, mas em seguida é aprisionada nas palavras.

Para Nora, até o início do século XX, história e memória se confundem, pois a produção historiográfica pauta-se nas lembranças de acontecimentos e personagens, remetendo-se à memória coletiva. A noção de vestígio, essencial no trabalho elaborado pelo historiador, constitui o elo indizível que liga o tempo através de seus rastros memorativos. Entende-se, então, que documentos e monumentos constituem-se em vestígios que estabelecem a interação entre memória e história.

Nora retoma e aprofunda os conceitos básicos de Hallbawchs que distingue a memória individual da coletiva e, sobretudo, a memória coletiva da história. À memória coletiva, o sociólogo atribui adjetivos como natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado somente o que lhe possa ser suficiente para criar um elo entre o passado e o presente, ao contrário da história, que constitui um processo interessado, político e, portanto, manipulador. O historiador radicaliza ainda mais essa oposição. Nora afirma que é impossível operar-se uma distinção clara entre memória coletiva e memória histórica, pois a primeira passa necessariamente pela história; é filtrada por ela; é impossível à memória escapar contemporaneamente dos procedimentos históricos.⁷

Nesse sentido, Pierre Nora organiza uma classificação dicotômica entre memória e história. A memória é a tradição vivida – “a memória é a vida” – e sua atualização no “eterno presente” é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável; a história é o seu oposto, uma operação profana, uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação, uma representação sistematizada e crítica do passado. A memória tece vínculos com a tradição e o mundo pré-industrial, a história, com a modernidade, nesse sentido, a história-memória é, sobretudo, conservadora; a história-crítica é subversiva e iconoclasta. Tudo aquilo que se tem como

⁷ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares”, *Projeto História*, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

memória, para Nora, já não o é, já é história. A memória se encontra, atualmente, prisioneira da história; transforma-se em objeto, em memória historicizada e exilada

Um conceito que permite articular as práticas, os agentes, os referenciais e os conteúdos da memória é o de *lugar da memória*, criado por Nora, que analisa as aproximações e distanciamentos entre a memória coletiva e memória histórica. Para o autor, a memória emerge de um grupo social por ela unificado, e é esse grupo que determina “o que é memorável, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo”.⁸ A partir desse argumento, Nora constrói a noção de – lugares da memória – que, segundo o autor, servem para garantir a fixação de lembranças e de sua transmissão, e estão impregnados de simbolismos, pois caracterizam acontecimentos ou experiências vividas pelos grupos, ainda que muitos de seus membros não tenham participado diretamente de tais eventos.

Os lugares da memória representariam menos uma ausência de memória ou a manifestação de uma memória historicizada do que irrupções afetivas e simbólicas da memória em seu diálogo constante com a história. A conservação de museus e monumentos necessita de atribuição de significado para que a memória não se esvazie de todo. Um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, “só é lugar de memória se a imagem o investe de uma aura simbólica”, afirma Nora. Ou seja, o arquivo precisa exprimir significado. Esses lugares de memória envolvem o tempo, a mudança e a história:

O lugar de memória deve parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estudo de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num máximo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares da memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.⁹

⁸ Idem, p. 7.

⁹ Idem, p. 9.

Com relação aos materiais, tanto a memória coletiva quanto a história aplicam-se a dois tipos: monumentos e documentos. No âmbito desse estudo, adota-se a noção de documento como algo mais amplo do que a noção estipulada até o século XIX (durante a escola positivista). Dependendo diretamente da escolha do historiador, o documento pode ser escrito, ilustrado através de imagem digitalizada ou fotografada, transmitido por aparelhos audiovisuais ou qualquer outro suporte. Como monumento, toma-se manifestações escultóricas, arquitetônicas e, especialmente, objetos artísticos em três ou duas dimensões com algum sentido narrativo ou não.

No que tange às fontes de pesquisa, a história oral apresenta particularidade no contexto das relações existente entre história e memória. A história oral apresenta como prática metodológica o recolhimento de entrevistas de história de vida (memórias individuais) ou ainda entrevistas de grupos (memórias mais coletivas), levando em consideração as pontes imutáveis da memória relativas aos acontecimentos, personagens e lugares.¹⁰ O historiador precisa reconhecer as projeções ou transferências nos depoimentos, isto é, informações que são transmitidas por outrem ao depoente e são incorporadas como suas próprias memórias – isto ocorre porque a memória é seletiva e socialmente construída.¹¹ O especialista necessita reconhecer esse fato para que possa exercer a crítica sobre a fonte.

A discussão entre aproximações e distanciamentos, envolvendo história e memória, tem, atualmente, uma densidade complexa. Paul Veyne, por exemplo, sugere que a história é “filha da memória”, uma vez que a história não faz reviver os eventos, pois o vivido, tal como sai das mãos do historiador, não é a vivência dos atores envolvidos na ação. Nesse sentido, “a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos”.¹² Porém, a narração histórica situa-se para além dos documentos, pois nenhum deles será o próprio evento, ou seja, não é um “documentário” que reproduz o fato tal como ocorrido.

A historiografia anglo-saxônica procura apontar novos enfoques na relação memória e história. Em uma perspectiva diversa a de Nora e a de Hallbawchs, busca dar

¹⁰ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*...op. cit, 40 e seguintes.

¹² VEYNE, Paul Marie. *Como se Escreve a História: Foucault Revoluciona a História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 32 e seguintes.

maior autonomia à memória. Contudo, no esforço de recompatibilizar memória e história, esses autores aproximam exageradamente a memória da noção de história, de tal modo que uma união simbiótica se efetua e se acaba por aplicar aos procedimentos e mecanismos da memória, aqueles reconhecidos como historiográficos – o resultado é o não reconhecimento da distinção entre as duas categorias. Se em Nora toda memória é apropriada e historicizada, na vertente anglo-saxônica, memória é imediatamente história; uma diferença, portanto, de grau, mas não de qualidade.

A partir dos anos de 1990, diversos historiadores tomam consciência de que a relação memória/história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade. Ao mesmo tempo, nessa perspectiva, a história se coloca como “senhora da memória” ou produtora dela. Após a passagem da história-narrativa para a história-problema, as condições emergentes de gestão da memória contaminam a história. Muitas vezes, na prática profissional ocorrem grandes dilemas que tendem à substituição da memória pela história: “a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História”.¹³ Contudo, muitas produções historiográficas, ainda, se constroem sem que aconteça uma ruptura efetiva com a tradição aristotélica que entende a memória (ou melhor, a reminiscência, o ato de lembrar), sobretudo em sua função cognitiva, como conhecimento do passado.

Para Ulpiano Bezerra de Meneses há o enlace das relações entre memória, passado e presente. Para o autor de *A História, Cativa da Memória?*, a memória está submetida à dinâmica social e, portanto, reestrutura-se constantemente, evidenciando que o passado não é o seu produtor ou detentor. A constituição da memória se opera no presente, sendo que é este tempo que oferece as condições necessárias para a sua formação. O tempo presente incentiva e prescreve a rememoração, atendendo às demandas de seu funcionamento social. Meneses, também, observa diferentes categorias da memória, particularmente, as denominadas individual, coletiva e nacional. As ciências sociais interessam-se, geralmente, pelo convívio da memória individual e coletiva, ou seja, quando o campo da memória sai da esfera psíquica do indivíduo e estabelece contato com outros representantes de um grupo social.

¹³ BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 23.

Ainda, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, a discussão atual sobre memória divide-se em dois grupos distintos: no primeiro, a memória é vista como um fetiche, transformando-se em mercadoria, para legitimação de valores culturais; no segundo, a memória busca o engajamento social crítico, procurando discutir as possíveis alienações da sociedade emergente ocasionadas pela sua expropriação. Contudo, a memória e a história refletem e discutem o passado, e embora localizadas em campos diferentes, executam funções complementares, auxiliando na formação da identidade dos atores históricos.

Diante desse quadro, estabelecem-se possíveis fronteiras entre a história e a memória. A memória é, enquanto produto social, um conjunto de elementos necessários para a formação, manutenção e modificação das identidades individual, coletiva e nacional. Já a história é uma operação cognitiva, um modo de produção de conhecimento. A apropriação da memória pela história tem, diretamente, dois efeitos: 1) extrema operacionalidade e produtividade e, 2) vulnerabilidade teórica, pois ao se levantar as oposições entre história e memória para, em seguida, destituí-las, não se discutem os mecanismos de produção e reprodução da memória.

As produções mais recentes indicam que não se trata radicalmente de apartar esses aspectos do conhecimento; tampouco de unificá-los. Os estudos como os de Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* e dos historiadores Carlos Alberto Vesentini e Edgar de Decca em *A Revolução do Vencedor* apontam que as diferenças entre história e memória não estão resolvidas e sua interação completa é algo problemático. Nessas duas produções, observa-se que a memória é um constante esforço de construção e reconstrução – de constante luta entre as divergentes “memórias”. As memórias dos grupos sociais se organizam e reorganizam em um processo de feição adaptativa, tendo como referência a dinâmica social do presente.

Diversas pesquisas explicitam a pertinência da história em ocupar seu devido lugar enquanto ciência, distanciando-se do lugar ocupado pela memória. “Do mesmo modo que o passado não é história, mas objeto da história, assim a memória não é história, mas um de seus objetos e um nível elementar de seu desenvolvimento.”¹⁴ Nesse ponto, deve-se assinalar que muitos teóricos relutam em aceitar a história como ciência. Outros definem que memória seria algo que emerge naturalmente da mente

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*...op. cit, 434.

humana, enquanto que a história seria produto da análise e da reflexão. A memória é subjetiva, “um brinqueado das emoções”, complacente com seus caprichos, fortificando-se em seu próprio entusiasmo; a história, em princípio pelo menos, é objetiva, guiando-se pela razão abstrata e submetendo suas considerações à experimentação empírica. A memória somente pode trabalhar com imagens concretas, ao passo que a história, tem o atributo da abstração. A memória é deformada pelo tempo. A história tende à linearidade e à progressão.¹⁵

Para Ulpiano Bezerra de Meneses, a memória, como construção social, dispõe dos instrumentais necessários para a formação e para o reforço da identidade individual, coletiva e nacional. O historiador ressalta ainda a impropriedade de se confundir memória e história: a história é forma intelectual de conhecimento, uma operação cognitiva. Contrariamente, a memória é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que organiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social.¹⁶

Do embate entre memória e história tem-se que o labor da história aplica-se, então, sobre a memória. O trabalho do historiador está emaranhado na memória, cabe ao profissional selecioná-lo e organizá-lo para que possa construir uma versão inteligível ao seu tempo e sociedade. Por outro lado, no trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e de organização. Porém, essa memória é passível de diversas leituras a partir do momento de seu registro nas formas privilegiadas de documentos ou monumentos. As disciplinas (tais como, a história, a estética, a psicologia ou a biologia) ao se constituírem, na maioria dos casos, no século XIX, elegem sua própria categoria de memória. Na história opta-se pela memória voluntária coletiva, ou ainda, a memória conhecida como memória da inteligência (ou memória-conhecimento), deixando de lado

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 34.

¹⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, São Paulo, 1992, nº 34, p.p. 09-34.

aspectos da memória involuntária (ou afetiva) e a função criativa inscrita na memória de atualização do passado com vista às utopias do futuro.

A memória-conhecimento (ou voluntária) em seu contato com a história tem excluído, sistematicamente, a faceta afetiva inerente à memória. Percebe-se que desde os gregos até a *École de Annales*, a historiografia elege a memória voluntária, desqualificando a memória involuntária – tida como constitutiva de irracionalismos e, por essa razão, avessa à história. O privilégio da memória voluntária sobre a involuntária, no campo historiográfico, pode sustentar-se pelo esforço da própria história em se constituir como ciência, aplicando procedimentos metodológicos e disciplinares que não permitem o estudo dos mitos, das sensibilidades, das paixões políticas, da imaginação e do imaginário na história. Nesse ponto de vista, a memória não se confunde com a história; pelo contrário, a escrita da memória é, o mais das vezes, o lugar do apagamento ao privilegiar a memória-conhecimento em detrimento da memória involuntária.

Em suma, nas últimas décadas, a história tem refletido sobre essa postura de exclusão. Acontecimentos históricos significativos, tais como a queda do muro de Berlim, a implosão da ex-URSS, a globalização e os diversos conflitos étnico-religiosos espalhados pelo mundo provocam uma urgente revisão, visto que a racionalidade histórica e as grandes narrativas não dão conta de atender a diversidade de memórias que irrompe à cena pública atualmente. Essas memórias insurgentes mostram o declínio das metanarrativas criadas pela modernidade frente a conjuntos de fragmentos de história variados e muitas vezes contraditórios sobre um mesmo assunto¹⁷. Alguns estudiosos pregam o “fim da história” em decorrência do desmoronamento das metanarrativas. O fim da história, como afirma o cientista russo Ilya Prigogine, seria “a realidade de uma sociedade atemporal que perdeu sua memória”¹⁸. Para o cientista, as memórias (física e psíquica) garantem a condição humana. Nessa perspectiva aberta pelos acontecimentos contemporâneos, a memória involuntária passa a constituir novo objeto do trabalho historiográfico, acentuando uma mudança gradual de paradigma. O que ocorre, hoje, é a busca por modelos narrativos que satisfaçam os historiadores na

¹⁷ LYOTARD, J. F. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

¹⁸ APUD. CANTON, Katia. *Tendências Contemporâneas: Questões sobre a Arte no Brasil e no Mundo Ocidental*. In: AQUINO, Victor (org.). *Metáforas da Arte*. São Paulo: MAC USP/PGEHA, 2008, p.35.

ênfase da pluralidade de significados e que considerem a pulverização das esferas da vida humana, engendrada na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: TA Queiroz/EDUSP, 1987.
- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- CANTON, Katia. *Tendências Contemporâneas: Questões sobre a Arte no Brasil e no Mundo Ocidental*. In: AQUINO, Victor (org.). *Metáforas da Arte*. São Paulo: MAC USP/PGEHA, 2008.
- DECCA, Edgar S. de. & VESENTINI, Carlos Alberto. “A revolução do vencedor”. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo: 1977, nº 29, p.p. 25-35.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LOGOS Comunicação & Universidade. Comunicação e Memória. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social UERJ, ano. 4, no. 7, 2o. Semestre de 1997.
- LYOTARD, J. F. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MAUAD, Ana. M. “História, Iconografia e Memória”. In: SIMSON, Olga R. de M. Von (org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1997.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, São Paulo, 1992, nº 34, p.p. 09-34.
- _____. *O Eterno Presente*. São Paulo: Serviço de Documentação da USP, 1967.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares”, *Projeto História*, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, Alecsandra Matias. *Poética da Memória: Maria Bonomi e Epopeia Paulista*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, 2008 (Tese de Doutorado).

- PIRES, Francisco Murari. “Tucídides: A Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 104-110.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PRIGOGINE, Ilya. “Carta às Futuras Gerações”. Caderno Mais! *Folha de S. Paulo*, 30 de janeiro de 2000.
- REGIS, Fátima. “Memória e Esquecimento na Grécia Antiga: Da Complementaridade à Contradição”. *Logos Comunicação e Universidade. (Comunicação e Memória)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social UERJ, ano 4, nº 7, 2º semestre, 1997, pp. 20-24.
- SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira, “Comunicação e Memória: das narrativas às Novas Tecnologias”. *Logos Comunicação e Universidade. (Comunicação e Memória)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social UERJ, ano 4, nº 7, 2º semestre, 1997.
- TOMAZ, C. Memória e Emoções. *Ciência Hoje*, nº 83, agosto de 1992.
- VALÉRY, Paul. *Variedades*. Tradução: Maiza Martins de Oliveira, Iluminuras, São Paulo, 1999.